

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Conselho Superior do Ministério Público

Deliberação (extrato) n.º 1159/2024

Sumário: Nomeações, em comissões de serviços, de magistrados do Ministério Público.

Por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 19 de junho de 2024 são nomeados, em comissão de serviço, por três anos, os seguintes magistrados:

Procurador-Geral-Adjunto, Lic. António Carlos Tomás Ribeiro para exercer funções junto do Supremo Tribunal Administrativo, com efeitos a partir de 01/09/2024;

Procurador-Geral-Adjunto, Lic. João Paulo Ferraz Carreira para exercer funções na Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas e de auditor jurídico junto do representante da República para a Região Autónoma dos Açores, com efeitos a partir de 01/09/2024;

Procuradora-Geral-Adjunta, Lic. Maria Isabel Moreira da Silva Varandas Fernandes para exercer as funções de mandatária e apoio jurídico da Procuradoria-Geral da República – Contencioso do Conselho Superior do Ministério Público, com efeitos a partir de 01/09/2024;

Procuradora da República, Lic. Maria João de Abreu Clemente Duarte Vasques para exercer as funções de Diretora do Gabinete da Família, da Criança, do Jovem, do Idoso e Contra a Violência Doméstica da Procuradoria-Geral da República, com efeitos a partir de 01/09/2024;

Procuradora da República, Lic. Ana Catarina Mota Fernandes para exercer funções no Gabinete da Família, da Criança, do Jovem, do Idoso e Contra a Violência Doméstica da Procuradoria-Geral da República, com efeitos a partir de 01/09/2024;

Procuradora da República, Lic. Inês Maria Pinheiro Robalo para exercer funções no Gabinete da Família, da Criança, do Jovem, do Idoso e Contra a Violência Doméstica da Procuradoria-Geral da República, com efeitos a partir de 13/10/2024;

Por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 10 de julho de 2024 são nomeados, em comissão de serviço, por três anos, com efeitos a partir de 01/09/2024, os seguintes magistrados:

Procurador-Geral-Adjunto, Lic. António Fernando Jacinto Francisco para exercer funções como magistrado Coordenador da procuradoria da República administrativa e fiscal da zona de Lisboa e Regiões Autónomas e, em agregação, da procuradoria da República administrativa e fiscal da zona sul;

Procuradora-Geral-Adjunta, Lic. Maria Elisabete Mendes Pereira dos Santos para exercer funções como magistrada Coordenadora das procuradorias da República administrativas e fiscais com área de competência na zona geográfica administrativa e fiscal norte e centro;

Procurador da República, João Paulo Afonso Amaro para exercer funções de Diretor do Departamento de Investigação e Ação penal da comarca de Braga.

12 de agosto de 2024. — A Secretária-Geral da Procuradoria-Geral da República, Cristina Vicente.

318020842